

EDUCAÇÃO POPULAR NA BAIXADA FLUMINENSE: A EXPERIÊNCIA DOS COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS (1945-1947)

Vitor da Silva Batista

Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vitorbatista08@gmail.com

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro (orientador)

Professor Adjunto de História da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mcezarufjrj@uol.com.br

Introdução

Esta pesquisa tem como temática a experiência de educação popular na Baixada Fluminense promovida pelos Comitês Populares Democráticos. O recorte temporal compreende o momento histórico marcado por um clima de euforia democrática, iniciado com o processo de “redemocratização” de 1945, no Brasil, e que vai até 1947, quando o avanço da Guerra Fria com todas as suas consequências, dentre as quais uma violenta onda repressiva contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas.

Nesse contexto do imediato pós-guerra surgem e se ramificam por diversas cidades brasileiras, entre elas aquelas da região da Baixada Fluminense, os Comitês Populares Democráticos. Capitaneados pelo PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil), desempenham um papel de considerável relevância na mobilização e organização de setores populares daquele momento, em que a cultura e a educação passam a se integrar com mais força ao rol de preocupações dos movimentos populares.

A relevância desta pesquisa, em especial por tratar da região da Baixada Fluminense, está na constatação que, de modo geral, os historiadores, em especial os da educação, costumam desconhecer a iniciativa de educação popular vivenciada pelos Comitês Populares Democráticos. Quando reconhecem ter ouvido falar, alegam que tal experiência pouco realizou em termos concretos, por tratar-se de um evento de curta duração. Trata-se de um argumento superficial, considerando que, para “adentrar a história”, é necessário “adentrar” os “episódios” (Thompson, 2001, p. 133). Ao historiador pede-se e exige-se que pergunte, duvide, pesquise, conteste.

Por isso, tratar da experiência de educação popular dos Comitês Populares Democráticos é uma escolha extremamente significativa para o conhecimento histórico, uma vez que pode contribuir para compreender os aspectos substantivos e essenciais do processo de politização do espaço urbano brasileiro, então em curso nos anos 1940. Ademais, é enriquecer a história da educação popular no Brasil, ao longo do século XX, com mais um capítulo de lutas das “classes subalternas” – para usar uma expressão gramsciana – e daqueles comprometidos com os interesses e anseios dos explorados e oprimidos na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Cabe destacar, também, a importância desta pesquisa para a história da Baixada Fluminense, já que é notório ao analisar a gama de temas e localidades estudados pelos historiadores do Estado do Rio de Janeiro, que o estudo sobre a região da Baixada Fluminense se dá de forma minoritária tendo em comparação, por exemplo, com estudos referentes à cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo geral é mapear a experiência de educação popular realizada pelos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense, destacando: a) as suas formas de ação b) organização, e c) as suas relações com a sociedade local, com o poder público e com o PCB.

Para viabilizá-lo, será necessário: compreender o quadro histórico conjuntural da Baixada Fluminense no período do imediato pós-guerra; identificar as instituições, os grupos políticos e os setores sociais engajados nos movimentos de educação popular na região; analisar o quadro de alianças e competição travadas pelos atores envolvidos nesses movimentos (correlação política das forças sociais existentes); analisar as propostas e práticas educativas como estratégias de lutas para a formação das consciências (conscientização) e de organização popular (politização), avaliando seu impacto sobre as experiências coletivas dos setores populares (articulação entre a pequena política das questões parciais e cotidianas e a grande política no âmbito nacional); discutir o caráter educativo dos movimentos sociais, em sua dimensão da organização política, da cultura política e da espacial-temporal.

Análises iniciais

As análises iniciais aqui expostas são resultado das atividades de levantamento bibliográfico, balanço da bibliografia estudada e pesquisa documental preliminar na imprensa, em especial o jornal comunista *Tribuna Popular*, buscando apresentar o que eram os Comitês Populares Democráticos, o caráter educativo de suas atividades e evidências de sua presença na Baixada Fluminense.

Não obstante as especificidades históricas, os Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense apresentavam mais semelhanças do que diferenças quando comparados com seus congêneres em outras cidades brasileiras (Cf. Pinheiro, 2014; Santos, 2011). Quanto às formas de organização, havia um modelo seguido em conformidade com a “Circular Política nº 01” do Secretariado Nacional do PCB, assinada por Roberto Sisson e datada provavelmente no período posterior ao comício do Estádio do Pacaembu, em 15/7/1945, e anterior ao golpe de 29/10/1945, que depôs Getúlio Vargas (Cf. “Circular Política nº 01”. Fundo DPS, dossiê “Comitê Nacional do PCB”, notação 6, v. 3. Cópia do documento apreendida pelo Exército no Comitê Nacional do PCB a 29/10/1945.). Diferentemente, eram as suas relações com a sociedade local, com o poder público e com o PCB, que se encontravam condicionadas pelo contexto histórico local da Baixada Fluminense, mas articuladas também com o que se processava nos âmbitos estadual e nacional.

A organização dos Comitês Populares Democráticos se dava, principalmente, em duas frentes: aqueles que se envolviam nos problemas dos bairros e os comitês profissionais, que tinham a função de atuar junto aos sindicatos, principalmente daqueles nos quais o Partido Comunista não era parte da diretoria, destacando-se também como representações por categoria voltadas para os problemas nos locais de trabalho. Entretanto, os comitês não se constituíam apenas por critérios de moradia (bairros) ou de categorias profissionais. Havia também a organização por critério de associação para fins diversos. Entre alguns exemplos: o comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos, Comitê do Ensino Leigo e Comitê de Mulheres Pró Democracia.

Os Comitês Populares Democráticos se constituíram em mediadores entre as demandas da população local e as instituições públicas, dando visibilidade aos problemas a serem debatidos em espaços públicos e incorporados nas agendas dos que decidiam. Nesse sentido, não cessaram as denúncias das precárias condições em que viviam as pessoas nestas localidades e as propostas para solucionar e coordenar ações coletivas.

Na Baixada Fluminense, os Comitês vão se formando nos distritos e subdistritos dos municípios da região a partir das demandas populares, em que não se espera o cumprimento de promessas, formulam-se táticas e estratégias para a conquista das suas reivindicações. É o que se pode depreender da atuação do Comitê de Mesquita e que aqui se reproduz na íntegra a matéria publicada no jornal *Tribuna Popular*.

O prefeito de Nova Iguaçu, sr. Paulino Barbosa, recusou-se, dias atrás, a receber um memorial que lhe foi dirigido pelo Comitê Democrático de Mesquita, assinado por mais de dois mil moradores. Esse memorial continha, além de outras reivindicações, a da iluminação do bairro, considerada um dos problemas mais imediatos, por diversas razões, inclusive o fato de que, depois das 19 horas, o bairro se torna um verdadeiro paraíso de malfeitores.

Foi tão grande a insistência do Comitê de Mesquita, e tanto foi o apoio popular em torno daquela reivindicação, que o sr. Paulino Barbosa, livrando-se da influência que lhe era exercida pelo ex-prefeito reacionário Getúlio de Moura, resolver marchar com o povo de Mesquita, prometendo, para dentro em breve, a iluminação do bairro.

Essa conquista vem mais uma vez demonstrar o valor dos Comitês Populares, e o quanto representa, para os mesmos, o apoio unânime da população se seus respectivos bairros. Ao contrário de alguns organismos congêneres, o Comitê de Mesquita procurou reivindicações possíveis de ser concretizadas, e, antes, de lançá-las, fez a necessária organização da massa. Promoveu comícios, colocou cartazes nas ruas, etc. Quando o prefeito de Nova Iguaçu teve conhecimento do problema, este já havia se constituído no grito unânime da população do bairro. E contra o povo organizado, em torno de suas justas reivindicações, nada pôde fazer a reação.

Esse exemplo deve ser seguido por muitos comitês, principalmente por aqueles que, levantando reivindicações quase impossíveis, deixam para trás um mundo de problemas a realizar, motivo por que muitos ainda não conseguiram vencer o desinteresse dos moradores de seus respectivos bairros, desinteresse que não é a causa do fracasso de alguns comitês, mas, ao contrário, o efeito da desorganização e, conseqüentemente, da má execução das tarefas a que se propõem realizar (“O povo se organiza”, *Tribuna Popular*, 10/03/1946, p. 4).

Buscou-se dar voz aos setores até então marginalizados no cenário político. A experiência, ainda que curta, dos Comitês Populares Democráticos fez parte do processo de politização do espaço urbano brasileiro, então em curso nos anos 1940, formando quadros de pressão no atendimento de reivindicações populares, uma nova esfera de interlocução entre o poder político e a sociedade civil. Esse movimento foi o *lôcus* onde poderia e deveria ser instaurado um processo educativo de elevação da consciência política das massas. A partir das reivindicações que diziam respeito a todos, que por todos fossem sentidas, os Comitês Populares empreendiam a “educação democrática do proletariado”. A posição dos comitês, no que se refere a “educar o povo”, era de convencer e conscientizar de que existia uma política justa para alcançar o fim desejado e que, portanto, era preciso cerrar fileiras e obedecer exatamente àquele que empregava tais métodos para alcançar o fim, porque somente quem almejava o fim, almejava também os meios adequados para atingir tal propósito.

Entre as muitas reivindicações levantadas pelos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense, a cultura e a educação tornaram-se mais visíveis e passaram a ser tematizadas em espaços públicos. Nesse sentido, os Comitês Populares Democráticos realizaram várias atividades culturais e educacionais. Entre as atividades culturais, destaca-se a atuação do poeta Solano Trindade na Baixada Fluminense, em especial Duque de Caxias, conforme pesquisa documental preliminar. De acordo com suas possibilidades e limitações, os Comitês Populares Democráticos desenvolveram teatro amador, sessões de cinema, exposições, programa de calouros, bailes, concursos carnavalescos, entre outras atividades. Porém, o carro-chefe dessas atividades foi a campanha de alfabetização de adultos. Os cursos de alfabetização se instalaram nas sedes dos Comitês ou, em grande parte, nos cômodos ou quintais cedidos pelos moradores. Voluntários ministraram as aulas. Solicitação de doações de materiais foi uma constante na vida dos Comitês.

O programa educacional do PCB, e, conseqüentemente, dos Comitês Populares Democráticos, teve como referência o estudo “A situação do ensino no Brasil” (1945), de

autoria de Paschoal Lemme, trabalho redigido a pedido de Luiz Carlos Prestes (LEMME, 2004. v. 4, p.33). Nele o autor apresentou um panorama geral da situação do ensino na época, destacando o problema do analfabetismo no Brasil. A ênfase dada à questão da alfabetização de adultos pelos Comitês Populares decorreu da constatação de existir 54,68% de analfabetos na população adulta brasileira, “a partir justamente da idade em que os indivíduos devem participar ativamente da vida econômica e política do País”. O estudo chamou a atenção para a situação não uniforme do problema, visto que ele se apresentava com uma variação bastante grande entre porcentagens extremas dos 17,80% de analfabetos no então Distrito Federal e dos 77,40% em Alagoas. Porém, o autor afirmou que nem por isso o quadro exposto deixaria de ser menos chocante, porque mesmo a porcentagem mínima registrada na capital do país representava um contingente acima de 200 mil indivíduos, de 18 anos e mais, privados, “iniquamente, aliás, de participar da vida política do País, de acordo com a atual legislação eleitoral” (*idem*, p.35).

De fato, a campanha de alfabetização dos Comitês Populares tinha uma preocupação em formar eleitores, dada a proximidade das eleições de dezembro de 1945, já que era negado aos analfabetos o direito de votar. No entanto, as atividades educativas desenvolvidas pelos Comitês não se restringiam às questões eleitorais, tanto que a campanha de alfabetização se manteve ativa no ano posterior, e até mais intensa, assim como outras iniciativas educacionais. O trabalho educativo empreendido pelos Comitês estava articulado com o propósito de fazer avançar o processo de democratização então em curso na sociedade brasileira e bastante precário na região da Baixada Fluminense. Esse empreendimento incomodava demasiadamente os setores mais conservadores, como também os liberais agrupados em torno da UDN (União Democrática Nacional), e, no caso da Baixada Fluminense, os “coronéis da periferia”. Na Baixada Fluminense, o movimento popular organizado teve de conviver, constantemente, com provocações, arbitrariedades e repressão das forças policiais, vivendo-se uma situação de “insegurança no Estado do Rio” (*Tribuna Popular*, de 03/01/1947, p. 2, de 15/01/1947, p. 3, de 14/05/1946, p. 4).

Apesar das adversidades, na Baixada Fluminense, algumas escolas foram criadas por iniciativa dos Comitês, com a finalidade de levar adiante a campanha de alfabetização e educação política dos setores populares, como, por exemplo, a do Comitê Democrático Progressista da Posse, localidade do município de Nova Iguaçu (*Tribuna Popular*, 11/11/1945, p. 5), a Escola Anita Leocadia Prestes, em Vila Meriti (*idem*, 19/01 e 29/01/1946, p. 8), a Escola Éden, no bairro do Éden (*idem*, 07/02/1946, p. 8) e a Escola do Povo, fundada pelo Comitê Popular da Vila Guanabara, em Duque de Caxias (*idem*, 01/02/1946, p. 6).

Moisés Xavier de Araújo, consultor técnico da Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares, do então Distrito Federal, e autor da cartilha “Chave da leitura (para adultos)”, adotada pelos comitês cariocas para dar uniformidade à campanha de alfabetização, delineou nos seguintes termos os objetivos educacionais dos cursos criados pelos Comitês:

Antes de mais nada, devo esclarecer que os encarregados dos cursos de alfabetização estão dando à sua atividade o mais amplo sentido educativo. Cada professor é um verdadeiro amigo e conselheiro dos alunos, orientando-os e esclarecendo-os sempre que oportuno, com o propósito de elevar-lhes a capacidade de apreciação das coisas e dos fatos e de torná-los cada vez mais livres e conscientes. Em todas as oportunidades há sempre, portanto, a mais cordial aproximação entre os alunos e os professores, de modo que o trabalho destes não tenha o caráter de “obra de benemerência”, mas de “cooperação” entre brasileiros que, de um lado, ensinam, e, de outro, aprendem. Trata-se de um trabalho verdadeiramente popular, democrático, humano.

[...]

Nos Comitês Populares, os jovens e adultos não aprendem apenas a “desenhar o nome”, nem são levados à alfabetização pura e simples. Nos Comitês Populares, como já dissemos, os professores dão à sua atividade um amplo sentido educativo. Em última instância, na força do povo, pacificamente organizado, é que reside o êxito da campanha de alfabetização em massa, que ora se processa no Distrito Federal. Ou melhor: em todo o país (*Tribuna Popular*, 8/9/1945, p. 6).

Além da alfabetização, também eram oferecidos cursos profissionalizantes para a população adulta. Em decorrência da carência de escolas públicas na região da Baixada Fluminense, as escolas criadas pelos Comitês Populares Democráticos se dedicavam também à alfabetização de crianças. Havia também um programa de conferências e palestras realizadas nos Comitês Populares Democráticos. Tal programa objetivava interessar a população em geral nas questões de ordem política, social e econômica, não só de âmbito nacional como internacional. Isto é, o trabalho de “educar o povo” desenvolvido pelos Comitês compreendia também mobilizações de conotação política, os parlamentares comunistas eleitos, em dezembro de 1945, eram presença constante nos eventos realizados pelos Comitês Populares e pelo PCB na Baixada Fluminense. Por meios diversos, abaixo-assinados, memoriais, telegramas, comícios, eventos beneficentes, os Comitês Populares se manifestaram em defesa da política de “União Nacional”, pela garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc., pela anistia aos presos políticos, pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, pela autonomia política municipal, pela saída das tropas norte-americanas das bases militares do Nordeste, pelas campanhas de solidariedade aos povos da Península Ibérica e aos prisioneiros e perseguidos políticos em várias partes do mundo, pelo direito de voto dos analfabetos, soldados e marinheiros, em solidariedade aos trabalhadores presos nas greves, contra as arbitrariedades da polícia, etc. Não é à toa que a direção do PCB reconheceu os Comitês Populares como “centros de experiências de trabalho prático” (*Boletim Interno*, Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 23/10/1945).

Conclusões

Malgrado suas deficiências e os limites impostos pela estrutura político-econômico da sociedade capitalista. Os movimentos de educação popular tiveram um papel considerável na formação política das camadas populares, contribuindo para a conquista de espaços efetivos de participação no interior da sociedade civil e o fortalecimento dos partidos políticos mais identificados com os movimentos populares. Esses movimentos foram o lócus onde poderia e deveria ser instaurado um processo educativo de elevação da consciência política das massas, mas também o terreno de construção de novas relações sociais, primeiramente, solidárias e, futuramente, socialistas. Frente à ausência de uma tradição de participação política popular organizada no Brasil, a experiência de educação popular dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense, longe de ser inexpressiva, possui imenso valor para historiografia e para a sociedade da região. É um capítulo pouco conhecido na história da educação popular e, como outras experiências, nos dá possibilidade de problematizar questões relacionadas ao caráter educativo dos movimentos sociais, nas dimensões da organização política, da cultura política e da espacial-temporal.

Referências

Lemme, Paschoal. *Memórias de um educador*. Volume 4. 2 ed. Brasília: Inep, 2004.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. (Dissertação de Mestrado)

_____. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada* / Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro. – Rio de Janeiro: UFRJ/IH/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014. (Tese de Doutorado)

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira; RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. Movimento social, cidadania e educação na experiência dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense (1945-1947). In: Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão, V, 2018, Niterói. *Anais V CEDUCE*, v. 2, 2018.

SANTOS, Henrique Buy dos. *Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947)*. Nova Iguaçu: UFRRJ/ Instituto Multidisciplinar/Departamento de História e Economia, 2011. (Monografia de conclusão de curso)

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.